



N.º 6

**ACTA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA  
REALIZADA NO DIA 05 DE OUTUBRO DE  
2010**

Aos cinco dias do mês de Outubro de dois mil e dez, reuniu, pelas dezassete horas e dez minutos, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal de Évora, com a seguinte **Ordem do Dia**:

- 1. Dissertação evocativa do Centenário da Proclamação da República, pela Prof.ª Maria Ana Bernardo, Professora e Investigadora da Universidade de Évora e membro do CIDEHUS/UE – Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedade;**
- 2. Intervenções alusivas ao Centenário da República Portuguesa pelos Grupos Políticos Municipais – BE, PSD, CDU e PS.**

Estiveram presentes os Membros da Mesa:

**Presidente** – Luís Manuel Capoulas Santos

**1ª Secretária** – Maria Helena dos Santos Costa

**2ª Secretária** – Amália Maria M. Espiridião de Oliveira

Feita a chamada, verificaram-se mais as seguintes presenças: Abílio Fernandes, Manuel Pedro Giões, Henrique Troncho, José Russo, Paula de Deus, M.ª Elmina Lopes, M.ª Augusta Pereira, Rui Rosado, Jorge Lourido, Francisco Chalaça, Celino Silva, Ricardo Cardador, Filomena Araújo, Cristina Barrenho (em substituição de José Cardoso), Florival Pinto, António Jara, Nuno Lino, António Ramos, M.ª Luísa Antunes, José Policarpo (em substituição de João Cortes), Élia Mira, Jacinto Racha (em substituição de José Serra), Baltazar Damas, Fernando Nunes, Silvino Costa, Baltazar Ramos, António Metrogos, Nuno de Deus, José Piteira, Joaquim Pimpão, João Ricardo, António Fialho Russo, Felisberto Bravo, Jerónimo Coelho (em substituição de António Maduro), Fernanda Martins (em substituição de José Calado) e João Rodrigues.

Faltou o Sr. António Carlos Silva.

A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, José Ernesto d'Oliveira, e pelos Vereadores Manuel Melgão, Cláudia Pereira, Eduardo Luciano, Jesuína Pedreira, Joaquim Soares e António Dieb.

Aberta a sessão, o Sr. **Presidente** começou por saudar o Sr. Presidente da Câmara, os Srs.(as) Vereadores(as), os Membros deste Órgão, a Sra. Prof.ª Maria Ana Bernardo e as autoridades presentes.



Depois, evocou a memória, a generosidade e o sacrifício de todos aqueles que, também em Évora, lutaram pelo sonho de um país mais justo e equitativo para os seus cidadãos. Recordou que Portugal tinha, então, 6.000.000 de habitantes, dos quais 5.000.000 viviam nos campos e que, em cada 4 portugueses, 3 não sabiam ler nem escrever, tendo a esmagadora maioria, por opção, a penúria ou a emigração, acrescentando que os 16 anos da I República foram marcados por avanços civilizacionais importantes em muitos domínios, como a educação e os direitos cívicos, mas que sucumbiu à agitação social ditada pela crise económica, aos déficits orçamentais, à violência e à instabilidade política, traduzida nos 8 presidentes da República e 45 governos que se sucederam em tão pouco espaço de tempo.

Para fechar, fez votos para que aquele momento de reflexão sobre o 5 de Outubro de 1910 inspirasse o trabalho da Assembleia Municipal, de maneira a que não se limitasse apenas a aprovar orçamentos e regulamentos, mas que fosse, sim, um palco mais amplo de debate sobre novas metas para o município e para o Alentejo e acerca dos instrumentos políticos mais adequados para os alcançar, tanto depressa quanto possível, apontando como exemplo a regionalização, sem aumento da despesa pública.

#### **PONTO 1 – DISSERTAÇÃO EVOCATIVA DO CENTENÁRIO DA PROCLAMAÇÃO DA REPÚBLICA, PELA PROF.<sup>a</sup> MARIA ANA BERNARDO, PROFESSORA E INVESTIGADORA DA UNIVERSIDADE DE ÉVORA E MEMBRO DO CIDEHUS – CENTRO INTERDISCIPLINAR DE HISTÓRIA, CULTURAS E SOCIEDADE**

A Sra. Prof.<sup>a</sup> **Maria Ana Bernardo** informou que fora solicitada para proferir uma conferência subordinada ao tema «**Évora e a República**» e que baseava o seu trabalho de investigação sobretudo nas obras de Túlio Espanca e de Gil do Monte, adiantando que não dispunha de uma imagem do primeiro executivo republicano eborense, mas que trouxera uma fotografia (entretanto projectada num ecrã) coligida pelo 1º dos historiadores atrás mencionados, tirada na escadaria do antigo Liceu Nacional de Évora, supostamente em 1911, e publicada na revista «**A Cidade de Évora**», em 1975, mostrando a figura dos 30 republicanos eborenses mais destacados da época, inserida num artigo reflectindo a implantação da República nesta urbe. Segundo uma consulta feita às actas da Câmara e aos jornais locais da altura, pôde constatar que, por volta de 1914/15, as celebrações começaram a ser repetitivas e a gerarem menos interesse, pensando que tal se deveu à institucionalização do regime, não esquecendo que, no referido período, a instabilidade política e pública começou a ser perturbadora e a tomar a atenção dos dirigentes públicos, que outras premências e outras urgências tinham.

Para situar a importância da sociedade eborense nas décadas anteriores a 1910, revelou que Évora era a sede da 4ª Região Militar e que tinha cá sediado vários regimentos.

Voltando a aflorar o retrato atrás citado, divulgou que Túlio Espanca procedera à identificação nominativa de quase todos os 30 indivíduos constantes no grupo, comunicando que o primeiro, da esquerda para a direita, era Romão Marquês, de 32 anos, industrial, seguindo-se Estêvão da Cunha Pimentel, de 28 anos, proprietário, que foi o primeiro governador civil republicano deste distrito. Mais participou que o terceiro da fila era Júlio do Patrocínio Martins, de 32 anos, médico, que



desempenhou o cargo de presidente da 1ª vereação republicana., tendo depois só falado do 4º elemento, José Celestino Formosinho, de 41 anos, comerciante e proprietário.

Paralelamente, divulgou que o historiador Oliveira Marques foi quem trabalhou no sentido de fazer avançar o conhecimento para período em causa, tentando, em simultâneo, retirar-lhe o anátema de confusão e de balbúrdia com que o mesmo era normalmente conhecido, sublinhando que, após 1910, houve uma quebra na média das idades dos indivíduos que tomaram o poder no país, adiantando que este não possuía uma rede urbana de cidades de média dimensão, sendo que as que mais cresceram foram as situadas no litoral, mas que Évora, fruto de um conjunto de circunstâncias, também atingiu um certo nível de desenvolvimento.

Mais à frente disse: *“Com o início da primeira República, a configuração ocupacional das vereações eborenses registou mudanças relevantes, comparativamente aos decénios anteriores. O seu traço mais imediato traduziu-se numa maior amplitude do recrutamento ocupacional/social desses mesmos vereadores e romperam mesmo, na administração municipal, quer ao nível dos executivos quer ao nível do senado, indivíduos com ocupações, até então, completamente ausentes do exercício do poder municipal e passou a substituir-se os proprietários como grupo dominante, ou seja, os letrados, pessoas com percursos escolares mais longos, muitos deles com habilitações e diplomas superiores. Seguiu-se, em termos de proporção, os comerciantes, que faziam a ponte entre a monarquia e a república. Os alfaiates, os chapeleiros, os sapateiros, os corticeiros e os alvanelos também fizeram parte da elite municipal eborense da 1ª República, evidentemente em número mais exíguo”*.

De imediato, fez passar a imagem de mulheres republicanas eborenses, uma fotografia de 1910, anunciando que as mesmas participaram na «**Festa da Bandeira**», ocorrida às 20,00 horas do dia 30 de Novembro de 1910, numa sessão solene dos Paços do Concelho, tendo posteriormente revelado os seus nomes: Judite de Andrade, Eugénia Carvalho Marquês, Maria José Silva Antunes, Clotilde Ortiz Carreira, Maria Pires Chaveiro Calhau Júnior, Ana Laura Chaveiro Calhau, Cristina Eulália Chaveiro Calhau, Adelina da Conceição Nobre Oster Andrade, Teresa Campos Piteira, Olímpia Carvalho Marquês e Encarnação de Carvalho Marquês. A este propósito, divulgou que uma das senhoras ensaiou votar no primeiro acto eleitoral, ao abrigo da legislação de 1911, bem como que ocorreu uma revisão eleitoral em 1913, que passou a vigorar durante a maior parte do período republicano, começando, a partir daí, a cidadania política a ficar restrita aos cidadãos do sexo masculino, que soubessem ler e escrever.

Para acabar, esclareceu que a jovem república portuguesa sofreu com a primeira guerra mundial (1914 – 1918) e que o regime político da época forçou a participação do país nela, através de argumentos racionais, que tinham a ver com a defesa das colónias e da soberania nacional, o que gerou problemas económicos e financeiros muito complicados e, quando emergiu do conflito, a circunstâncias eram já outras, mais complexas.

## **PONTO 2 – INTERVENÇÕES ALUSIVAS AO CENTENÁRIO DA REPÚBLICA PORTUGUESA PELOS GRUPOS POLÍTICOS MUNICIPAIS – BE, PSD, CDU E PS**

Em representação do Bloco de Esquerda, a Sra. **Amália Oliveira** declarou: *“Ao comemorar, na cidade de Évora, o centenário da implantação da República, estamos a evocar o que de mais*



*marcante sucedeu no concelho nesses anos de desafio e revolta dessa “Nova Aurora”, anunciada e quase nunca concretizada para os mais desfavorecidos. Na sua origem, o movimento republicano tinha uma matriz democrática, uma vontade de mudança social e política. No entanto, na prática tal não se verificou. Os últimos anos da monarquia foram governados numa ditadura contra tudo e contra todos, com o beneplácito explícito do Rei e gerida com a mão de ferro de João Franco. Esta situação permitiu aos republicanos alargar a sua base social, nomeadamente às classes mais humildes e desfavorecidas, criando, assim, as condições para a revolta ser bem sucedida. Mas, o que mudou verdadeiramente para os trabalhadores e assalariados? Muito pouco. Évora tinha, à época, uma taxa de analfabetismo superior a 80%, o que não impediu que, por exemplo, a Associação de Classe dos Operários Corticeiros de Évora subscrevesse, para divulgação aos seus associados, o jornal diário «A Greve», desde Junho de 1908. Esta participação do proletariado agrícola eborense no movimento, que, abertamente, contesta a monarquia e a exploração, abranda expectante em Outubro de 1910, para, desde logo, se desiludir com o novo regime. Ainda em Novembro desse mesmo ano, a República publica um decreto limitativo do direito à greve, que despoleta o reacender das lutas iniciadas na fase final da monarquia: por melhores salários, direitos sindicais e redução da jornada de trabalho. Quando a recém-criada GNR abate a tiro dois grevistas em Setúbal, a revolta alastra pelos campos do sul e é a partir de Évora, em Janeiro de 1912, que as manifestações alastram por todo o Alentejo, chegando, até, a haver uma greve geral de solidariedade em Lisboa com os trabalhadores rurais alentejanos. A repressão republicana sobre o movimento operário é brutal: centenas de prisões e deportações e o encerramento da sede dos sindicatos. Muitas das reivindicações dos trabalhadores de então mantêm-se nos dias de hoje. Cito uma acta da reunião de sindicatos realizada em Évora, em Maio de 1913, em que o orador Joaquim José Candieira denuncia que: “(...) quando as empreitadas são dadas em ocasião de crise de trabalho, são sempre com o fim de alargar mais essa crise no tempo em que há falta de trabalho. Foi logo explorado, porque a tomou por muito menos do seu valor, para não estar desempregado, não se lembrando que se ia atraiçoar a si e aos seus camaradas e começando a furar os regulamentos dos horários, trabalhando de noite e de dia, sendo tudo isso prejuízos para nós, porque quem devia empregar 10 homens só emprega 6”. Triste actualidade esta, em que, passados 100 anos, vemos governo e patrões a esbracejar pela diminuição de salários, em que os direitos fundamentais dos trabalhadores continuam em causa. Passados cem anos, comprovamos que a mudança de paradigma continua a ser necessária. A economia que temos e que nos conduziu aqui não é a que precisamos. A economia que fecha todos os dias fábricas e empresas, que estimula o consumismo desenfreado e que provoca novos sobre-endividados não é a economia de que precisamos. A economia em que os lucros são sempre privados e as perdas são sempre socializadas. Precisamos de outra economia. Uma economia que permita a uma família de desempregados sobreviver com dignidade. Uma economia de quem partilha e é capaz de multiplicar valor sem exploração e sem subsídio-dependência. Uma economia de criação de emprego, inovação e valorização de empresas e trabalhadores. Passado cem anos, continuamos a ter de recorrer à greve para fazer ouvir a voz dos que se insurgem contra uma política que protege o grande capital, em detrimento dos mais desfavorecidos. Hoje, ao comemormos os 100 anos da República, reafirmamo-nos republicanos. Ser republicano hoje é exigir e lutar por uma democracia com direitos sociais. Porque um melhor é possível”!*

Na qualidade de porta-voz do PSD, o Sr. **Florival Pinto** afirmou: «Encontramo-nos hoje, aqui, para assinalar o centenário da implantação da República em Portugal, ocorrida a 5 de Outubro de 1910, pouco mais de dois anos após o regicídio de Sua Alteza o Rei D. Carlos. Pese o seu centenário, a



*República é, pois, uma jovem forma de organização do sistema político nacional, se comparada com a monarquia constitucional que a precedeu em Portugal e que ainda hoje persiste em estados prósperos, como em Inglaterra, nos países nórdicos ou até mesmo na vizinha Espanha. A implantação da República decorreu de um acumular de tempos difíceis para os portugueses. Os ideais republicanos traziam uma nova esperança para o povo, mas dos anos que se lhe seguiram poderemos tirar um forte ensinamento, particularmente válido para os dias de hoje: o que deve prevalecer, mais que os interesses individuais de qualquer grupo, são os interesses dos portugueses e de Portugal, enquanto Nação independente. Em 1910, como agora, acontecimentos internacionais recentes tinham revelado as fragilidades de Portugal. Naquele tempo, um republicano ilustre, João Chagas, afirmou a propósito: “(...) fez-se, de súbito, a verdade sobre as coisas do Estado.” A actual crise que o país atravessa exige de todos os intervenientes políticos capacidade de reacção e medidas audaciosas, combatendo as mordomias e injustificados benefícios de alguns, pagas por muitos que delas nunca usufruíram e que sucessivamente são chamados a contribuir para um Estado incapaz de travar a sua própria despesa. Muitos portugueses, milhões de portugueses, têm passado os últimos anos num misto de indiferença para com a classe política e num quase adormecimento face ao estado do país: obrigados a pagar, cada vez mais, numa carga fiscal que, muitos, já são incapazes de suportar, mantêm-se em silêncio, como que esperançados que um qualquer D. Sebastião saia das trevas, para os libertar. Não é possível esperar muito mais. É tempo de evidenciar as diferenças do modelo de sociedade que cada um defende e tomar um rumo, responsabilizando-se cada um pelas suas opções. Nestes tempos difíceis já não chega ir, já não basta navegar à bolina. É tempo de, todos, sabermos para onde queremos ir e, sobretudo, de o dizer bem alto. As incertezas provocadas pela crise económica que se vivem no país não poderiam deixar de se reflectir também no nosso concelho. O Município de Évora vive, hoje, tempos muito difíceis em matéria orçamental, que temo venham a agravar-se no próximo ano, com o já anunciado corte das transferências do Orçamento de Estado para os municípios. O Governo exige cada vez mais responsabilidades das autarquias, mas se até agora essa transferência de competências era acompanhada de uma insuficiente transferência de verbas, as novas medidas de austeridade vão trazer cortes no pouco que recebíamos. O Orçamento Municipal de 2011 será, por isso, um exercício de difícil elaboração. Estamos certos que não será possível continuar a aumentar o endividamento sem que se saiba, com exactidão, como o iremos pagar. Num quadro de magras receitas próprias, teremos de aprender com a sabedoria do povo: cada um vai à missa com a roupa que tem, ou seja, não poderemos continuar a orçamentar mais do que aquilo que temos a certeza de poder concretizar no lado da receita. Impõe-se, por isso, que o Orçamento que a Câmara Municipal venha a apresentar a esta Assembleia, órgão próprio para a sua análise e aprovação, evidencie cortes criteriosos na despesa municipal. A virtude da política democrática reside na sua aptidão para, partindo da divergência, mobilizar e criar unidade. O sentido de responsabilidade com que sempre temos assumido as nossas posições, viabilizando o exercício do poder por quem venceu as eleições, não podem, porém, ser interpretados como tibieza na defesa dos interesses do Município e daqueles que aqui vivem e trabalham. Viva Portugal!»*

Antes de começar a sua intervenção, em nome da bancada da CDU, a Sra. **Elmina Lopes** agradeceu a dissertação da Sra. Maria Ana Bernardo e lembrou que naquela data também se celebrava o Dia Mundial do Professor.

Passando ao tema em análise, asseverou: “Comemoramos hoje o centenário da Revolução Republicana e da Implantação da República em Portugal. Qualquer força progressista em Portugal deve congratular-se com esta data. É um avanço civilizacional inquestionável decretar o fim de



*privilégios institucionalizados para uma classe e posicionar todos os cidadãos em igualdade perante a lei. Portugal era, na viragem do século XX, um país economicamente atrasado, essencialmente agrário, com uma indústria incipiente, uma elevadíssima taxa de analfabetismo e um baixo nível de vida. No campo, a grande propriedade latifundiária e absentista do sul coexistia com o predomínio da pequeníssima propriedade no centro e norte do país. Centenas de milhar de portugueses procuravam na emigração o que lhes era negado no seu país. A vitória da Revolução Republicana de 1910 pôs fim a um regime monárquico anacrónico e parasitário e realizou importantes progressos no plano das liberdades e direitos fundamentais, da educação e da cultura, da laicização do Estado e dotou o país de uma Constituição avançada para a época, a Constituição de 1911. A Revolução Republicana de 1910 teve uma forte dimensão popular, triunfou graças à participação dos trabalhadores e das populações e suscitou grandes esperanças numa vida melhor. A notícia da proclamação da República chegou a Évora duas horas depois e causou na população um entusiasmo de tal maneira grande que durante três dias houve manifestações populares de rua, de apoio ao novo regime, congregando milhares de pessoas, que entoavam louvores à Pátria, à Fraternidade e à Liberdade, muitas vezes acompanhados pela Banda de Amadores de Música, que tocava o novo hino, A Portuguesa. Mas a República instalada, apesar do forte ideário progressista que lhe estava associado e ao contrário do que eram as expectativas das massas populares, entrou em colisão com o movimento operário e sindical, alienando o apoio popular indispensável à consolidação do regime democrático. As prioridades da governação afastaram-se das expectativas da generalidade da população, para se centrarem nas preocupações e interesses da classe dominante, a burguesia, que, mergulhada nas suas profundas contradições, abriu rapidamente caminho ao regime autoritário e fascista, que durou, é preciso não esquecer, quase metade dos 100 anos que então passaram. Daí que, ao assinalarmos o centenário da implantação da República, não possamos deixar de sublinhar também a importância da Revolução do 25 de Abril e o seu importante lugar na história da democracia no nosso país, no cumprimento de muitos dos ideais que então ficaram por cumprir. O centenário da Revolução Republicana ocorre num momento em que se vive uma situação particularmente grave no plano nacional e internacional, em que os trabalhadores e o povo português enfrentam enormes dificuldades provocadas por uma crise de que não são responsáveis. Anunciou-se para hoje a inauguração de cem escolas, construídas à custa de verbas comunitárias e em muitos casos autárquicas, mas depois de se ter imposto o encerramento de quase 4000, num autêntico insulto à memória das medidas positivas da República, no domínio da Escola Pública. Hoje pensamos, com grande preocupação, que, de novo, as prioridades da governação se afastaram, em muitos aspectos, das expectativas da generalidade da população. Da nossa parte, congratulamo-nos com a instauração da República em Portugal, por aquilo que teve de revolucionário e progressista, pelos avanços civilizacionais que conquistou para o povo português. Viva a República! Viva Portugal e o povo português”!*

Em representação do PS, a Sra. **Cristina Barrenho** leu um texto intitulado: «PELA JUSTIÇA SOCIAL, PELA SOLIDARIEDADE, PELA TOLERÂNCIA, PELA DEMOCRACIA E PELA LIBERDADE, PORTUGAL É, HOJE, UMA REPÚBLICA», cujo teor se passa a descrever: “Mais do que falar das vitórias e vicissitudes coevas desse momento histórico de Portugal que iniciou o conturbado século XX importa, 100 anos depois, perceber o que se foi acrescentando a esses ideais. Será importante celebrar o sentido do colectivo e o papel primordial do Estado, comunidade política organizada, para promover os direitos da maioria da população. Assim, à igualdade acrescentemos a justiça e a colectividade que nos permitirão chegar ao tão actual conceito de solidariedade. E à liberdade acrescentemos a diferença, ser igual para ser livre, ser livre para ser diferente. Não há que sacrificar a liberdade em nome da



igualdade, mas antes orientar a promoção da liberdade na acção pela igualdade, criando oportunidades para que cada indivíduo se realize enquanto tal, construindo-se a si próprio pelo seu percurso e identidade pessoal”. (por Augusto Santos Silva; in “Os valores da esquerda Democrática). «Nos últimos cem anos, assistiu-se, a nível nacional, a um conjunto de transformações políticas e económicas que condicionaram, de forma decisiva, as orientações e as políticas educativas e políticas sociais adoptadas até aos dias de hoje. Hoje, é dado como adquirido que, em face das mudanças estruturais a que vimos assistindo no mundo à escala global, aos decisores políticos são exigidas, cada vez mais, quer a rápida interpretação e a adaptação às novas realidade, quer a consequente capacidade de adequarem a sua acção às novas necessidades que se colocam aos seus concidadãos. Inerente a estas transformações, é cada vez mais reconhecido o papel das autarquias, o papel que os autarcas têm vindo a desempenhar na procura de soluções, que respondam às novas necessidades e expectativas das suas populações, executando políticas de proximidade sempre mais exigentes, mais solidárias, as quais requerem uma constante criatividade e capacidade de inovação no planeamento e definição das estratégias desse desenvolvimento. É conhecendo o seu concelho e as suas potencialidades que definem os objectivos que devem ser alcançados. Foi seguindo estes pressupostos que a Câmara Municipal de Évora, segundo a governação Socialista, delineou a sua agenda local “AGENDA XXI ÉVORA”. Com este projecto pretende melhorar o desenvolvimento do concelho e a qualidade de vida das pessoas; tornar o tecido económico local mais forte e competitivo; alcançar comunidades socialmente mais justas e integradoras; proteger e valorizar o património natural e aumentar as capacidades cívicas de todos nós (in Dossier de Leitura Estratégico). Grandes conhecedores das realidades locais, os municípios são chamados a resolver graves carências manifestadas na educação. Actualmente, as questões da descentralização, da autonomia das escolas e da regulação encontram-se no centro do debate educativo. As competências que lhe foram atribuídas têm vindo a gerar significativas experiências de cooperação entre o Ministério da Educação e as autarquias. Neste processo, o poder local tem-se revelado, nos últimos oito anos, um dos principais intervenientes, conseguindo desenvolver iniciativas locais que procuram resolver problemas, nomeadamente, a expansão da oferta educativa pré-escolar, a prestação de serviços de alimentação às crianças de primeiro ciclo, o transporte escolar, a criação de ATL (s), a construção e manutenção dos equipamentos, a gestão de pessoal não docente e a oferta de actividades de complemento curricular. A maior capacidade de decisão e de responsabilização das comunidades locais, levou as autarquias a estabelecerem parcerias com o objectivo de resolver os problemas educativos, abrindo, assim, novas perspectivas na vida das escolas e integrando-as nas dinâmicas promotoras de desenvolvimento local. A educação é uma competência comunitária que exige responsabilidade social acrescida no investimento e coordenação de esforços e recursos, tendo em vista o desenvolvimento pessoal, social, e cultural de crianças, jovens e adultos. Nos últimos oito anos tem vindo a ser feito um investimento cada vez mais expressivo, por parte da autarquia eborense, em matéria de educação, visto que a mesma foi tomada como prioritária, tem-se traduzido num aumento bastante considerável dos montantes atribuídos às várias áreas de intervenção (requalificação do parque escolar, construção de duas novas escolas, acção social, apoio às iniciativas de escola, projectos de leitura, entre outros). De um modo geral, a autarquia tem vindo a cumprir com as diversas atribuições legais, ou seja, a nível de obras, mobiliário/equipamentos, transportes, acção social escolar, apoio a outras instituições, nomeadamente as de solidariedade social, projectos sócio-educativos, tempos livres, chegando mesmo a ultrapassar o que está estipulado legalmente. No entanto, a intervenção da autarquia não se confina apenas às competências legais. É possível constatar uma grande diversidade de projectos de iniciativa da autarquia, desenvolvidos em parceria com outras instituições.



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÉVORA

No que respeita à actuação da Câmara Municipal, verifica-se que esta autarquia intervém de acordo com a realidade do concelho que serve, procurando responder adequadamente e diversificadamente às necessidades sentidas a nível local, estimulando uma maior ligação da mesma com o seu meio envolvente. Assim sendo, os projectos de iniciativa local, lançados pela Câmara Municipal de Évora, que já têm a vantagem de ter uma história longa de mais de dez anos, permite-nos ver como a implementação da República Portuguesa permitiu que iniciativas desta natureza foram um marco no desenvolvimento da nossa terra, da nossa cidade, do nosso Alentejo».

Para finalizar a sua dissertação, projectou alguns slides com imagens por si recolhidas.

Findo este ciclo de intervenções e não havendo mais assuntos para tratar, o Sr. **Presidente** deu por terminada a sessão pelas dezoito horas e trinta e cinco minutos, da qual e para constar se elaborou esta acta, que os Membros da Mesa subscrevem e assinam.

**Presidente** – Luís Manuel Capoulas Santos

**1ª Secretária** – Maria Helena dos Santos Costa

**2ª Secretária** – Amália Maria M. Espiridião de Oliveira

(Acta aprovada por maioria, na sessão de 17/12/2010, com 27 votos a favor e 5 abstenções)